

A prisão preventiva dos três acusados de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrida no início da manhã do domingo (24), após seis anos, revela como as instituições políticas e os órgãos de segurança do Rio de Janeiro se encontram infiltrados e contaminados pelo crime organizado.

O desfecho deste caso é prova da falência das instituições políticas em nosso estado: nos últimos anos, todos os ex-governadores foram parar na cadeia presos por corrupção e desvios administrativos e as casas legislativas estadual e municipais viraram palcos de negociatas e denúncias da ligação de um sem número de parlamentares com milícias ou outros tipos de organização criminosa. O atual governador, Cláudio Castro, também é investigado por desvios de verbas na época em que exercia o cargo de vice-governador.

A morte de Marielle ocupa as páginas do noticiário nacional e internacional desde a noite de 14 de março de 2018. Desde então, o inquérito não avançava e a prisão preventiva dos três suspeitos de serem os mandantes da morte da vereadora vem para comprovar o quanto as investigações foram manipuladas e proteladas para proteger os mentores do crime.

A operação da Polícia Federal (PF) que prendeu o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Domingos Brazão, o seu irmão, deputado Federal Chiquinho Brazão (União RJ) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa, acusados de serem os mandantes da morte da vereadora só

foi possível depois que as investigações passaram, no início do ano passado, para a alçada da PF e do Ministério Público Federal, uma promessa de campanha do presidente Lula.

A prisão ocorreu menos de uma semana depois do Supremo Tribunal Federal (STF) homologar a delação premiada firmada pelo ex-policia Ronnie Lessa, contratado para a execução do crime. Lessa foi preso em março de 2019, juntamente com outro ex-PM, Élcio de Queiroz pela participação nas mortes. Mas a pergunta a respeito de quem havia sido o(s) mandante(s) continuou no ar durante os seis anos que decorreram após a tocaia no Estácio.

Segundo as investigações até o momento, a morte de Marielle foi idealizada pelos irmãos Brazão e planejada pelo delegado Rivaldo Barbosa. Barbosa, que ocupava o cargo de chefe da Polícia Civil ainda atuou para atrapalhar as investigações e destruir provas que levassem à resolução do caso Marielle. Investigadores ainda trabalham para identificar a motivação do crime. Entre as suspeitas, está a expansão territorial

da milícia no Rio.

O Sepe e os profissionais de educação saúdam o resultado das novas investigações que redundaram nas prisões efetuadas ontem. Mas é necessário que o trabalho continue com o objetivo de penalizar todos os envolvidos e de fazer uma verdadeira limpeza nas instituições políticas e de segurança no Estado. A população merece saber quem são os responsáveis e os reais motivos do assassinato para que todos sejam exemplarmente julgados e, finalmente, tenhamos Justiça para Marielle e Anderson. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe



seperj.org.br/filiacao



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 35 | Finalizada em: 05/04/2024

NESTE BOLETIM:

- ▶ Eduardo Paes acha que servidor vive no melhor dos mundos. pág. 3
- ▶ Justiça para Marielle e Anderson. pág. 4

REAJUSTE DEVERIA TER SIDO DE 27%, MAS PREFEITURA ANUNCIOU APENAS 5,26%

Vamos à luta por direitos e pelas perdas salariais acumuladas

A Prefeitura do Rio de Janeiro concedeu em março reajuste de 5,26%, referente ao IPCA de 2023. O reajuste, no entanto, ignora as perdas salariais dos servidores municipais de mais de 21,36%, contando de 2019 até fevereiro de 2024, segundo estudo do Sepe-Dieese (veja quadro na página 3); assim, seria necessário um reajuste de pelo menos 27% para

cobrir as perdas da categoria e isso sem levar em consideração a perda nominal nos salários decorrente do aumento do desconto previdenciário de 11% para 14%.

Ou seja, os servidores municipais sofrem um arrocho salarial muito forte, e sob más condições de trabalho! A categoria tem que dar uma resposta imediata – leia nas páginas internas. ■



Calendário

- **6 de abril, 9h:** Assembleia da rede municipal no Clube Municipal (Tijuca).
- **8 de abril, 19h:** live na TV Sepe (Youtube, X e Facebook) sobre a aprovação do projeto de lei do Novo Ensino Médio na Câmara dos Deputados – porque não aceitar.
- **10 de abril, 15h:** Audiência da Secretaria de Aposentados

do Sepe com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em Brasília, para discutir os graves problemas dos fundos previdenciários do Estado e municípios, incluindo o Previ-Rio.

■ **10 de abril, 19h30:** Plenária Online da Educação Infantil.

■ **15 de abril, 19h30:** Plenária Online da Educação Inclusiva

■ **18 de abril** - Audiência do Sepe (Secretaria de Funcionários) com a Secretaria Municipal de Educação (SME), para tratar da pauta de funcionários.

■ **30 de abril** - Plenária Pública do Conselho Municipal de Educação, na sede do CME (Rua Afonso Cavalcanti, 455, sala 301).

Estudo do Sepe-Dieese: reajuste teria que ser de 27%

Reajuste salarial no período	5,35%
INPC-IBGE acumulado no período	33,97%
Perda salarial até 29 de fevereiro de 2024	-21,36%
Reajuste necessário em 01 de março de 2024	27,17%
IPCA-IBGE acumulado no período	33,46%
Perda salarial até 29 de fevereiro de 2024	-21,06%
Reajuste necessário em 01 de março de 2024	26,68%

Quadro do Dieese com as perdas desde 2019 e o reajuste necessário para recuperar o salário – estudo ainda não contabilizou reajuste anunciado de 5,26%, em março

O estudo do Sepe-Dieese sobre a evolução salarial na rede municipal de educação do Rio de Janeiro, feito antes do reajuste anunciado em março pela prefeitura, fixou como marco inicial os vencimentos básicos que vigoravam em 1º de março de 2019, penúltimo reajuste salarial da categoria. Pelo estudo, seria necessário um reajuste de mais de 27% para cobrir as perdas da categoria nos últimos anos.

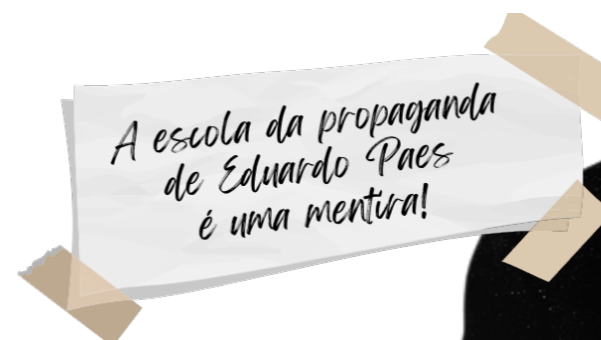
Pela comparação com a evolução dos vencimentos da rede municipal e a variação da inflação medida pelo INPC-IBGE e pelo IPC-IBGE, o Sepe-Dieese observa, que no período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro 2024, aqueles índices apresentam uma variação de, respectivamente, 33,97% e 33,46%. No entanto, os salários no mesmo período foram reajustados somente em 5,35%.

O estudo conclui que, para

que o salário em 1º de março de 2024 retornasse ao mesmo poder de compra de 1º de março de 2019, o reajuste necessário sobre o salário de fevereiro de 2024 seria de 27,17% pelo INPC-IBGE e de 26,68%, segundo o IPCA-IBGE.

Atenção: os cálculos apresentados não consideram a perda nominal nos salários decorrente do aumento do desconto previdenciário de 11% para 14% a partir de julho de 2021. ■

Paes acha que servidor vive no “melhor dos mundos”...



O prefeito, além de confirmar o reajuste de pouco mais de 5%, ainda disse, em suas redes sociais, de maneira ufanista, que vai pagar o “14º salário para quem bateu a meta em 2023”. O prefeito parece achar que o servidor municipal vive no paraíso, pelo visto, ao anunciar essas informações. Mas é exatamente o contrário! Veja o porquê: o Sepe já denunciou a falta de critérios transparen-

tes e definidos para a premiação do dito 14º salário, que só atinge parcela da categoria.

Trata-se de uma política meritocrática, que usa critérios de aprovações nas escolas, resultando na volta da aprovação automática na rede – ao invés de valorização real a todos profissionais de educação, premiando poucas escolas, utilizando métodos incompreensíveis e nada transparentes.

Além disso, várias outras questões afligem a categoria: a falta de um Plano de Carreira unificado da educação, segundo o PME; o congelamento dos valores há anos do auxílio alimentação e do auxílio transporte; o atraso na convocação dos concursados, migração e novos concursos públicos de todos os cargos para suprir a carência da rede; e a terceirização da contratação de professores. ■

Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe terá audiência com ministro da Previdência, em Brasília

O Ministério da Previdência Social confirmou que o ministro Carlos Lupi irá receber, no dia 10 de abril, em Brasília, representantes da Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe. Os aposentados da educação se encontram mobilizados em torno da campanha unificada “Tirem as mãos da nossa Previdência!”, que visa garantir o funcionamento dos diversos sistemas próprios de Previdência dos servidores do estado e dos municípios do Rio de Janeiro, os quais se encontram ameaçados hoje em dia por causa da malversação, gestão temerária ou até mesmo desvio das verbas da contribuição de milhares de trabalhadores – inclusive o Previ-Rio, do município do Rio de Janeiro.



A pouca transparência nos fundos previdenciários é fonte de preocupação para aposentados e pensionistas, que não sabem quando a bolha poderá estourar e comprometer o pagamento dos proventos. Junte-se à campanha “Tire as mãos da nossa Previdência” – o Coletivo de Aposentados da Capital do Sepe tem promovido atos públicos para denunciar o problema. ■

Vamos dar uma resposta ao reajuste irrisório e a todas as outras questões – Conheça nossas principais pautas:

- Pagamento das perdas com base no índice de reajuste apontado pelo Dieese.
- Construção de um plano de carreira unificado segundo o PME.
- Pelo reajuste do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte e que estes sejam garantidos a todos os profissionais de educação.
- Convocação dos concursados do banco de espera, migração, novos concursos.
- Contra a contratação sem concurso público e a terceirização.
- Contra o adoecimento e a precarização do trabalho.
- Tirem as mãos da nossa Previdência: vamos defender o Previ-Rio!